

**IMPACTO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO COMPORTAMENTO ECONÔMICO
DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS**

*THE IMPACT OF FINANCIAL EDUCATION ON THE ECONOMIC BEHAVIOR OF
BRAZILIAN FAMILIES*

Hellen Marcondes Rodrigues de Oliveira¹
Maryanna Aparecida Lifoncio de Souza²
Dênia Aparecida de Amorim³
Douglas Dias Braz⁴
Simone Teles da Silva Costa⁵

RESUMO:

A facilidade de acesso a empréstimos e financiamentos, aliado ao consumo impulsivo, tem levado muitas famílias a um ciclo contínuo de dívidas, afetando tanto a vida pessoal quanto a economia do país. O comportamento financeiro inadequado, caracterizado por gastos sem planejamento e a dificuldade em lidar com recursos limitados, contribui para a inadimplência e compromete a estabilidade econômica. Assim, a educação financeira é apresentada como uma alternativa essencial para enfrentar esses problemas, permitindo que os indivíduos compreendam melhor os produtos e serviços financeiros, planejem suas finanças, evitem dívidas desnecessárias e tomem decisões mais conscientes. Com base nisso, o objetivo do estudo foi demonstrar a relevância da educação financeira como um instrumento de conscientização sobre o planejamento das finanças pessoais. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica. A pesquisa identificou que a aprendizagem financeira deve ocorrer tanto no ambiente familiar quanto escolar, com a capacitação de professores e programas educativos que promovam hábitos de poupança, investimento e consumo responsável. Ressalta-se que a adoção de práticas de educação financeira traz benefícios significativos, incluindo maior bem-estar, independência financeira, estabilidade emocional e melhoria na qualidade de vida. Logo, investir na formação financeira da população é crucial para criar uma sociedade mais consciente, economicamente saudável e capaz de lidar com as complexidades do sistema financeiro, prevenindo o endividamento e fortalecendo a segurança econômica das famílias.

¹ Bacharel em Administração pelo Centro Universitário Mário Palmério – UNIFUCAMP (2026). E-mail: hellenrodriguesoliveira0@gmail.com

² Bacharel em Administração pelo Centro Universitário Mário Palmério – UNIFUCAMP (2026). E-mail: maryannaaparecida2016@gmail.com

³ Mestra em Administração Pública pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro. MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Carmelitana Mário Palmério; Especialista em Gestão Pública pela Faculdade Venda Nova do Imigrante e em Contabilidade Pública e Auditoria pela Faculdade Instituto Brasil de Ensino - IBRA. Graduada em Administração e em Ciências Contábeis pela Fundação Carmelitana Mário Palmério. E-mail: deniaamorim@hotmail.com

⁴ Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia. Planejador financeiro e consultor de investimentos (CVM). Professor de Economia no Centro Universitário Mário Palmério – UNIFUCAMP. E-mail: douglasdbraz@unifucamp.edu.br

⁵ Doutoranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestra em Gestão Organizacional pela Universidade Federal de Goiás, campus Catalão. Pós-graduada em Auditoria Contábil pela Faculdade Venda Nova do Imigrante. Graduada em Administração pela Fundação Carmelitana Mário Palmério e em Ciências Contábeis pela Faculdade Cruzeiro do Sul. E-mail: simoneteles@unifucamp.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Consumismo; Educação Financeira; Gestão de Renda.

ABSTRACT:

The ease of access to loans and financing, coupled with impulsive consumption, has led many families into a continuous cycle of debt, affecting both personal life and the country's economy. Inadequate financial behavior, characterized by unplanned spending and difficulty in managing limited resources, contributes to default and compromises economic stability. Thus, financial education is presented as an essential alternative to address these problems, allowing individuals to better understand financial products and services, plan their finances, avoid unnecessary debt, and make more conscious decisions. Based on this, the objective of the study was to demonstrate the relevance of financial education as an instrument for raising awareness about personal financial planning. To this end, a literature review was conducted. The research identified that financial learning should occur in both the family and school environments, with the training of teachers and educational programs that promote habits of saving, investing, and responsible consumption. It is emphasized that the adoption of financial education practices brings significant benefits, including greater well-being, financial independence, emotional stability, and improved quality of life. Therefore, investing in the financial literacy of the population is crucial to creating a more conscious, economically healthy society capable of dealing with the complexities of the financial system, preventing indebtedness and strengthening the economic security of families.

KEYWORDS: Consumerism; Financial Education; Income Management.

1 INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, o poder de compra das famílias apresenta diferenças significativas entre as classes sociais. Enquanto os grupos pertencentes às classes mais abastadas dispõem de maior renda e, conseqüentemente, de maior capacidade de consumo, observa-se que esse segmento já se encontra saturado pela ampla oferta de produtos e serviços disponíveis no mercado, os quais buscam atender a suas múltiplas demandas. Em contrapartida, as camadas de menor renda possuem participação mais restrita no mercado, destinando a maior parte de seus recursos a bens de caráter essencial e não durável, como alimentação, transporte e vestuário (Chauvel; Mattos, 2008).

Essa realidade demonstra como as condições de consumo são diretamente determinadas pelo nível de renda, limitando as possibilidades de escolha e planejamento financeiro dessas famílias (Coelho, 2022). Essa disparidade evidencia não apenas a concentração do consumo nos estratos mais favorecidos, mas também os desafios enfrentados pelos grupos em situação de vulnerabilidade econômica, que necessitam gerir recursos escassos em meio ao aumento dos custos de vida (Capone, 2023). Assim, a desigualdade no poder de compra reflete-se em dificuldades cotidianas de organização financeira e em maior propensão ao endividamento

(Lopes, 2021).

Os avanços tecnológicos e industriais do início do século XX possibilitaram a produção em larga escala a custos menores, transformando o consumo em algo mais rápido e diversificado (Brasil, 2021). A sociedade de consumo, originada da ascensão da burguesia e da Revolução Industrial, passou a oferecer múltiplos produtos e serviços, com diferentes formas de financiamento (Lucke, 2012). O crédito, ao mesmo tempo em que democratizou o acesso a bens de conforto, também fomentou ciclos de endividamento, ao estimular a busca por status social e consumo imediato (Frade, 2007).

O acesso facilitado ao crédito se consolidou como característica da economia moderna, mas também trouxe consequências negativas (Lopes, 2021). De acordo com Del Fiori *et al.* (2024), mais de 78% das famílias brasileiras estavam endividadas, sendo o cartão de crédito o principal instrumento de dívida. Esse dado revela como o poder de compra não está apenas relacionado ao nível de renda, mas também à forma como o consumo é administrado no dia a dia.

Nesse cenário, a educação financeira surge como ferramenta estratégica, pois fornece conhecimento sobre orçamento, poupança, investimentos e uso consciente do crédito. Estudos apontam que famílias que adotam práticas de gestão financeira conseguem reduzir gastos desnecessários, preservar seu poder de compra e prevenir o endividamento excessivo (Damasceno; Freitas, 2024). Assim, a educação financeira atua como um mecanismo de inclusão social e de fortalecimento econômico.

Diante desse panorama, o estudo teve como problemática qual o impacto da educação financeira na gestão do poder de compra e no endividamento das famílias. Assim, o objetivo foi demonstrar a relevância da educação financeira como um instrumento de conscientização sobre o planejamento das finanças pessoais. A relevância do estudo reside em evidenciar a importância da educação financeira como ferramenta de sustentabilidade econômica, capaz de minimizar o endividamento e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias brasileiras.

Segundo Rodrigues, Freitas e Freitas (2024), a educação financeira é essencial, pois contribui para a melhoria da qualidade de vida e prepara as pessoas para ter um futuro mais estável e para lidar com imprevistos. Além disso, ajuda no desenvolvimento de competências que permitem fazer escolhas financeiras mais conscientes e administrar melhor o próprio dinheiro. Além disso, o conhecimento de finanças pessoais contribui para o bem-estar financeiro das famílias e ajudar na prevenção do endividamento e de possíveis perdas que

possam gerar impactos negativos na economia do país.

2 CULTURA DO CONSUMO

Já no início do século XXI, o uso do sistema financeiro cresceu gradativamente, pois as pessoas passaram a usar novas formas de pagar as dívidas e emprestar dinheiro. Em 2008, iniciou-se uma grande crise nos Estados Unidos, que se espalhou por vários países, incluindo o Brasil e, o maior motivo foi que muitos indivíduos deviam dinheiro aos bancos. A crise começou por causa de empréstimos feitos para compra de imóveis, que tinham como garantia o próprio bem. As pessoas que aderiram a esses empréstimos tinham pouca educação financeira e um nível baixo de alfabetização (Donadio; Campanario; Rangel, 2012).

Com isso, a grande disponibilidade e facilidade de crédito ocasionou o endividamento a muitas famílias pois, para pagar essas dívidas, elas acabaram aderindo a novos empréstimos, o que criou um ciclo sem fim. Essa situação causa um sério problema na economia do país, especialmente porque as pessoas não conseguem pagar o que devem, por consequência, fica mais difícil conseguir novos créditos, o que diminui o consumo e afeta o comércio. Por conta disso, quando os empréstimos se tornaram mais acessíveis, o número de famílias endividadas atingiu níveis recordes nos últimos anos (Bortoluzzi *et al.*, 2015).

De acordo com Del Fiori *et al.* (2024), existe uma cultura de consumo exagerado, em que comprar se torna uma das principais prioridades da sociedade. Segundo Neis e Tondolo (2024), a facilidade para conseguir crédito incentiva as pessoas a gastarem de forma impulsiva, o que frequentemente resulta no aumento das dívidas. Assim, indivíduos analfabetos financeiramente e endividados, se tornam obstáculos ao desenvolvimento econômico, pois a inadimplência encarece as transações comerciais e financeiras (Souza *et al.*, 2022).

Ademais, o sistema financeiro do Brasil é influenciado por vários fatores que o tornam complicado para a maioria das pessoas entender. Os diferentes tipos de mercado como o de dinheiro, câmbio e crédito, funcionam juntos e afetam os custos dos empréstimos. A taxa de juros, que é controlada pelo Banco Central, tem grande impacto nesse custo: quando ela sobe, os empréstimos ficam mais caros. Mesmo assim, muitas pessoas continuam pegando crédito, o que mostra que, na maioria das vezes, as dívidas são feitas por necessidade ou falta de informação, e não por um bom planejamento (Oliveira, 2025).

Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a educação financeira é um processo que ajuda a entender melhor os produtos e serviços financeiros, permitindo que as pessoas tomem decisões mais acertadas. Ela é essencial para que alguém consiga evitar dívidas e, sobretudo, saiba como investir seu dinheiro, aumentando seu

patrimônio e alcançando seus objetivos (Carvalho *et al.*; 2021).

O crescimento do crédito e a cultura de consumo no Brasil, aliados à falta de educação financeira, têm levado muitas famílias a um ciclo de endividamento que afeta tanto a vida pessoal quanto a economia do país (Teixeira, 2023). A concessão de crédito facilitado em um país com alto índice de inadimplência, torna as operações financeiras arriscadas, elevando a taxa de juros de produtos financeiros, o que encarece as operações de crédito, tornando-se um círculo vicioso em que os indivíduos não conseguem quitar suas dívidas (Souza *et al.*, 2022).

Diante desse cenário, a educação financeira surge como uma ferramenta essencial, permitindo que as pessoas compreendam melhor os produtos e serviços financeiros, façam escolhas conscientes, evitem dívidas desnecessárias e consigam planejar um futuro mais seguro e estável. Investir no aprendizado financeiro não apenas melhora o bem-estar das famílias, mas também contribui para a saúde econômica da sociedade como um todo (Silva; Oliveira, 2024). Assim, conforme Souza *et al.* (2022), quando o indivíduo tem conhecimento financeiro e crédito é bem utilizado, com responsabilidade e dentro dos limites da renda doméstica, torna-se uma vantagem para ele, para o mercado financeiro e para a economia nacional.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O objetivo do estudo foi analisar a relevância da educação financeira sobre o comportamento das famílias Brasileiras. Para isso, foram revisados trabalhos anteriores que discutem os impactos e os benefícios do conhecimento e comportamento financeiro. A pesquisa utilizou o método de revisão bibliográfica, realizada por meio do Google Acadêmico.

A busca no repositório digital foi realizada com os termos “impacto”, “educação financeira” e “endividamento familiar”. Foram aplicados filtros de idioma português, ordenação por relevância e período de publicação entre 2021 e 2025. A seleção dos estudos considerou título, resumo e pertinência ao tema da pesquisa. Foram excluídos artigos de conclusão de curso técnico, teses, dissertações e trabalhos incompletos. Para inclusão, foram considerados apenas artigos científicos publicados em periódicos ou repositórios institucionais. Ao final, foram selecionados 12 artigos científicos com acesso público, visto que atenderam aos critérios estabelecidos.

4 DISCUSSÃO TEÓRICA

O estudo selecionou 12 pesquisas anteriores com acesso público, para desenvolver a discussão teórica acerca do objetivo da pesquisa, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Estudos selecionados para argumentação teórica.

	TÍTULO DO ESTUDO	AUTORIA, ANO	OBJETIVO
1	O impacto da educação financeira e inovação institucional no endividamento das famílias brasileiras.	Neis; Tondolo, 2024	Analisar como a educação financeira e políticas institucionais impactam o endividamento familiar.
2	O endividamento da população brasileira: o papel da educação financeira.	Del Fiori <i>et al.</i> , 2024.	Investigar o endividamento das famílias brasileiras e o comprometimento da renda entre 2010 e 2018.
3	Desafios da educação financeira como ferramenta de combate ao endividamento no Brasil.	Souza <i>et al.</i> , 2022	Analisar os desafios da Educação Financeira no combate ao endividamento das famílias brasileiras.
4	Educação financeira: a importância nas finanças dos cidadãos brasileiros e ações desenvolvidas pela Estratégia Nacional de Educação Financeira.	Brito, 2023	Analisar a eficácia das estratégias da ENEF na promoção da Educação Financeira e na melhoria das finanças pessoais da população brasileira.
5	Os impactos da falta de Educação Financeira como potencializador da vulnerabilidade do consumidor.	Nascimento, 2024	Analisar como a falta de educação financeira afeta as decisões de consumo e como a neurociência pode orientar escolhas mais conscientes.
6	Educação financeira no Brasil: Análises das famílias brasileiras.	Rocha, 2021	Promover iniciativas de educação financeira, o endividamento das famílias e seus impactos na qualidade de vida no Brasil.
7	Educação financeira para jovens e adultos: um estudo sobre conhecimento, endividamento e impacto psicossocial.	Rodrigues; Freitas; Freitas, 2024	Investigar o nível de conscientização sobre educação financeira entre jovens e adultos brasileiros.
8	Efeito da educação financeira e atitudes frente ao dinheiro na propensão ao endividamento.	Silva; Bubeck; Rodrigues Junior, 2025	Analisar o efeito da educação financeira e das atitudes frente ao dinheiro na propensão ao endividamento.
9	Endividamentos: um reflexo da baixa educação financeira?	Oliveira, 2025	Identificar a relação entre a alfabetização financeira e o endividamento por empréstimos consignados entre famílias brasileiras.
10	A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida.	Carvalho <i>et al.</i> , 2021	Investigar como a educação financeira contribui para a organização pessoal, a tomada de decisões conscientes e a melhoria da qualidade de vida.
11	Independência financeira e qualidade de vida através da educação financeira escolar.	Silva; Oliveira, 2024	Analisar a relação entre independência financeira, qualidade de vida e educação financeira escolar entre alunos do nono ano de uma escola.
12	Educação financeira: análise do endividamento e inadimplência familiar no Brasil.	Teixeira, 2023	Analisar o endividamento e a inadimplência das famílias brasileiras, com base nos dados da PEIC de 2011 a 2022.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

O Quadro 1 listou os estudos principais para o embasamento teórico dessa pesquisa, apresentando o título, o objetivo principal e os autores dos trabalhos realizados anteriormente sobre a temática desenvolvida. Com base na síntese do quadro e nos tópicos a seguir, foi possível identificar a relevância da educação financeira para a sociedade.

4.1 Endividamento

O endividamento e a inadimplência das famílias brasileiras têm se tornado cada vez mais comuns, afetando aproximadamente 75,5 milhões de pessoas, sendo diretamente relacionados à falta de educação financeira e à cultura de consumo excessivo. O endividamento consiste em compromissos financeiros assumidos para pagamento futuro, enquanto a inadimplência ocorre quando esses pagamentos não são realizados conforme previsto (Neis; Tondolo, 2024).

A ausência de educação financeira tem contribuído significativamente para o elevado endividamento das famílias brasileiras. Dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) mostram que, no início de 2021, mais de 61 milhões de pessoas estavam endividadas. Segundo o Mapa da Inadimplência no Brasil, divulgado pela Serasa em maio de 2021, o total das dívidas atingia R\$249,6 bilhões, com valor médio de R\$3.937,98 por pessoa, enquanto cada dívida individual média chegava a R\$1.162,43, superando o salário mínimo de R\$1.100,00 vigente desde janeiro de 2021 (Souza *et al.*, 2022).

Entre os principais tipos de débito, 29,7% estão relacionados a bancos ou cartões de crédito, 22,3% a serviços públicos e 13% ao comércio varejista. Os estados com maior índice de inadimplência são: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Paraná. Observa-se pouca diferença entre gêneros, com as mulheres ligeiramente mais endividadas, e a faixa etária mais impactada situando-se entre 26 e 40 anos. Além disso, mulheres recorreram com mais frequência à negociação de dívidas pela plataforma Serasa Consumidor, e a população entre 31 e 40 anos foi a que mais realizou renegociações, evidenciando a importância de iniciativas que incentivem planejamento e educação financeira (Rocha, 2021).

Os bancos oferecem limites de crédito sem avaliar se o consumidor possui condições de arcar com valores tão elevados, visto que uma parcela considerável da população sobrevive com apenas um salário mínimo mensal. Desde meados da década de 1990, o Brasil busca elevar a qualidade de vida por meio da ampliação do acesso ao crédito, o que contribuiu para o crescimento econômico do país e trouxe melhorias concretas para parte da população. Nesse contexto, o fácil acesso ao crédito leva muitas pessoas a realizarem compras sem planejamento, atendendo a desejos imediatos e à busca por prestígio, sem levar em conta os impactos de decisões financeiras impulsivas (Nascimento, 2024).

Para Del Fiori *et al.* (2024), o endividamento ocorre devido a diversos fatores, sendo que os principais são relacionados a aspectos comportamentais, facilidade de obtenção de

crédito e a falta de conhecimento em educação financeira. Logo, as dificuldades financeiras se originam de aspectos que vão desde a baixa renda mensal e acesso ao crédito facilitado, o que gera consequente falta de capacidade de pagamento, juros abusivos e práticas consumistas excessivas até a ausência de uma educação financeira adequada.

Portanto, uma das principais dificuldades enfrentadas por pessoas endividadas é justamente lidar com a situação, pois uma vez comprometidas financeiramente, torna-se cada vez mais difícil sair do ciclo de dívidas, criando um efeito de “bola de neve”. A realidade de muitas famílias brasileiras é marcada pela sobrevivência diária, tornando ainda mais complexa a superação do endividamento (Nascimento, 2024). Para Brito (2023), as implicações econômicas e sociais futuras devido ao consumo excessivo surgirão, ao passo que a maioria da população brasileira tem dificuldade na gestão de suas finanças, ocasionando em elevado índice de endividamento das famílias.

Nascimento (2024) ressalta que as causas do superendividamento são múltiplas e não podem ser simplificadas, já que diversos fatores contribuem para esse fenômeno, além de que, há uma relação clara entre o aumento dos limites de crédito, concedidos de forma indiscriminada, e o crescimento do superendividamento. Assim, fatores como o desmonte do Estado Social, práticas abusivas ou pouco criteriosas na concessão de crédito, a falta de informações claras sobre contratos, a baixa educação financeira e questões comportamentais, como o otimismo exagerado dos consumidores ao contrair empréstimos contribuem para o aumento da inadimplência nacional.

Assim, a educação financeira, como destacado anteriormente, desempenha papel fundamental no enfrentamento do superendividamento, pois sua ausência contribui diretamente para decisões de consumo inadequadas, evidenciando a necessidade de capacitar os consumidores para gerir melhor seus recursos e evitar problemas financeiros.

4.2 Comportamento

Para alcançar uma vida financeira saudável, é essencial desenvolver conhecimento e práticas para o gerenciamento das finanças pessoais, pois a ausência de controle pode gerar desequilíbrios orçamentários. Conforme Carvalho *et al.* (2021), a realidade brasileira indica que a população não foi educada para administrar o dinheiro de forma planejada, resultando em gastos impulsivos e sem reflexão sobre as consequências futuras. Embora economizar seja importante, não é suficiente; é necessário também investir de maneira estratégica, escolhendo modalidades além da simples poupança.

O estudo do comportamento do consumidor investiga como as escolhas, preferências,

percepções, hábitos, motivações e necessidades dos indivíduos são influenciadas por fatores culturais, pessoais, sociais e psicológicos (Teixeira, 2023). Pindyck e Rubinfeld (2013) *apud* Nascimento (2019) descrevem três etapas para compreender esse comportamento: a preferência do consumidor entre diferentes produtos, as limitações impostas pelos preços e a decisão de compra que busca maximizar a satisfação dentro dessas restrições. Entretanto, nem sempre o consumidor age de forma totalmente racional, já que compras impulsivas podem desconsiderar restrições orçamentárias e gerar dívidas.

Entretanto, muitas famílias enfrentam dívidas devido à falta de organização financeira, visto que essas pessoas têm dificuldade para gerir suas dívidas, adquirir bens e lidar com períodos de desemprego. Fatores como o fácil acesso ao crédito e a desordem no planejamento financeiro contribuem significativamente para o endividamento (Carvalho *et al.*, 2021).

De acordo com Moura (2018), o consumo é definido como a aquisição ou utilização de bens e serviços para atender as necessidades, sendo fundamental à sobrevivência e ao bem-estar humano. Porém, a constante busca por satisfazer as necessidades e desejos faz com que muitos gastem mais do que podem, resultando em endividamento. Assim, a diferença entre consumo e consumismo está na frequência e na necessidade real da aquisição.

Para Del Fiori *et al.* (2024), no modelo keynesiano simplificado, os gastos das famílias aumentam com a renda disponível, ou seja, quanto maior a renda, maior será o consumo. O comportamento do consumidor também reflete sua posição social, na qual os papéis de cada indivíduo dentro de seu grupo determinam status e identidade. Logo, o consumo serve para diferenciar, igualar ou afirmar conexões sociais. Ademais, Lopes (2021) esclarece que o status pode ser herdado, conquistado por realizações ou obtido por meio do consumo de produtos simbólicos.

No contexto do consumo contemporâneo, observa-se que muitas pessoas adquirem mais do que realmente necessitam, sem considerar o valor funcional dos bens e serviços, evidenciando um comportamento consumista e excessivo, que prejudica o grupo familiar.

4.3 Educação financeira

De acordo com Brito (2023), a educação financeira abrange conhecimentos e atitudes voltados ao gerenciamento das finanças pessoais, envolvendo o controle cotidiano das despesas e a compreensão de operações como juros, financiamentos, empréstimos e crédito, promovendo cidadãos mais conscientes em suas decisões econômicas. Assim, o processo de aprendizado possibilita o uso adequado de produtos financeiros, permitindo ao indivíduo administrar melhor

seus recursos, tomar decisões mais acertadas e consumir de forma responsável, pensando no futuro.

Conforme Silva, Bubeck e Rodrigues Junior (2025), ao compreender melhor as finanças, o indivíduo aprimora a capacidade de planejamento, identifica boas oportunidades e aplica seu dinheiro de maneira mais eficiente. Com base nisso, a educação financeira contribui para que os consumidores aprendam a planejar, administrar, economizar e investir sua renda, evitando o endividamento e reduzindo a vulnerabilidade a fraudes. Além disso, é uma ferramenta essencial para elevar o padrão de vida, ao promover conhecimento e uso consciente do dinheiro (Brito, 2023).

De acordo com Rodrigues, Freitas e Freitas (2024), o planejamento financeiro consiste no processo de obtenção e gestão de recursos, sendo um campo da economia voltado ao controle e à aplicação do capital pessoal ou empresarial. O retorno obtido pelo uso desses recursos em bens ou serviços é denominado investimento e, corresponde a um gasto que gera benefícios em períodos futuros. No contexto brasileiro, a poupança permanece como a forma de investimento mais popular, sobretudo entre pessoas com menor familiaridade com o mercado financeiro.

Conforme Teixeira (2023), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define a educação financeira como um processo pelo qual os consumidores e investidores ampliam seu entendimento sobre riscos, produtos e conceitos financeiros, desenvolvendo habilidades que os tornam mais conscientes e capazes de tomar decisões seguras e informadas. Essa aprendizagem fortalece a capacidade de identificar oportunidades, compreender riscos e agir de forma eficiente para melhorar sua situação financeira.

De acordo com Del Fiori *et al.* (2024), o domínio de habilidades, competências e noções econômicas básicas é essencial para a vida cotidiana em uma economia de mercado, envolvendo desde o entendimento de juros, preços e valores até a interpretação de documentos financeiros, adquiridos tanto em ambientes familiares quanto escolares. Embora ainda não exista uma definição universal, a educação financeira pode ser definida como a capacidade de fazer julgamentos e escolhas consistentes sobre o uso e a gestão do dinheiro, sendo um tema de relevância global.

Dessa forma, mais do que o simples conhecimento sobre finanças, a educação financeira está diretamente ligada ao bem-estar social e à saúde financeira dos indivíduos, além de ser essencial para o desenvolvimento econômica nacional.

4.4 Desafios da educação financeira no Brasil

A educação financeira no Brasil ainda se encontra em um estágio menos desenvolvido

em comparação a países como os Estados Unidos, em que a disciplina é obrigatória em alguns estados, cerca de 72% dos bancos americanos oferecem programas voltados à educação financeira e diversas instituições colaboram com essa iniciativa. Já, no Reino Unido, mesmo sendo opcional, há grande envolvimento institucional, além da criação de fundos destinados a incentivar a cultura da poupança entre os indivíduos (Brito, 2023).

Para Holanda (2025), a inserção da educação financeira nas instituições de ensino é um passo essencial para ampliar o acesso ao conhecimento e promover a formação de cidadãos financeiramente conscientes. A implementação de programas em escolas e universidades pode abranger desde noções básicas de orçamento pessoal até conteúdos mais avançados sobre investimentos, impactando positivamente o comportamento financeiro dos estudantes.

No entanto, o processo de aprendizagem começa no ambiente familiar, onde são moldados os valores e hábitos de consumo. As atitudes dos pais influenciam diretamente o comportamento financeiro das crianças, e padrões de consumo impulsivos tendem a ser reproduzidos na vida adulta. Embora muitas escolas considerem que a responsabilidade pela educação financeira de crianças e adolescentes pertença aos pais, reconhece-se que o tema é essencial para a formação de adultos mais conscientes e éticos, ademais, mesmo que a escola desempenhe um papel secundário, pode contribuir de forma significativa para o ensino das finanças pessoais e para a construção de uma sociedade mais equilibrada financeiramente (Brito, 2023).

Com o intuito de promoção do desenvolvimento social e econômico, em 2011 foi criada a Associação de Educação Financeira do Brasil e, em 2017, cria-se a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que incluiu a educação financeira na unidade temática dos números. Já, em 2018, foi criado o Programa Futuro na Mão, que visava o público do Bolsa Família para apoiar as mães do Bolsa Família na gestão da renda familiar. Em 2017, em continuidade ao programa, o Ministério da Educação (MEC) divulgou a BNCC, em Matemática, com cinco unidades temáticas, sendo elas: números, álgebra, geometria, grandezas e medidas e probabilidade e estatística (Rocha, 2021).

Em 2020, o MEC tornou obrigatória a inserção da Educação Financeira nas redes de ensino do país, conforme as diretrizes estabelecidas pela BNCC. A proposta não prevê a criação de uma nova disciplina, mas a integração do tema ao ensino de Matemática. Embora essa abordagem represente um avanço, muitos especialistas defendem que, pela relevância do tema, a Educação Financeira deveria constituir um componente curricular independente (Souza *et al.*, 2022).

Para Brito (2023), a BNCC apesar de não prever a disciplina específica de Educação Financeira, determina a oferta de estudos sobre impostos, números, rentabilidade, porcentagem, de forma interdisciplinar, com intuito de contribuir para o desenvolvimento da cidadania financeira. Em 2021, no mês de julho, o MEC em conjunto com a Conselho de Valores Mobiliários (CVM) e o Sebrae, criou o Programa Educação Financeira nas Escolas, com objetivo de capacitar 500 mil professores de forma *on-line* e gratuita, em um período de três anos.

Para Souza *et al.* (2022), um dos principais desafios para a efetiva implementação da educação financeira nas escolas é a formação adequada dos professores, visto que, na realidade nacional, os processos de capacitação financiados pelo Estado tendem a ser lentos e burocráticos. Além disso, é necessário entender a necessidade de qualificação dos docentes para trabalharem o conteúdo em sala de aula, porém, reconhecendo que eles também são consumidores e necessitam dessa formação para administrar suas próprias finanças.

A realidade salarial e o endividamento enfrentado por muitos cidadãos, inclusive educadores, evidenciam a importância de capacitá-los não apenas como instrutores, mas como cidadãos que também podem transformar seus hábitos financeiros.

4.5 Benefícios da educação financeira e qualidade de vida

De acordo com Carvalho *et al.* (2021), o planejamento financeiro é um importante aliado para alcançar uma vida equilibrada e de qualidade, contribuindo para o bem-estar físico, mental e emocional. O domínio de conhecimentos sobre finanças possibilita uma gestão mais eficiente dos recursos, favorecendo escolhas conscientes e o uso responsável do dinheiro. A educação financeira proporciona liberdade para realizar planos, concretizar objetivos e desfrutar de uma vida mais tranquila e prazerosa. Ademais, a saúde financeira está associada à estabilidade emocional e à melhoria geral da qualidade de vida, permitindo que o indivíduo viva com mais segurança, satisfação e equilíbrio.

Para Brito (2023), o consumo consciente traz inúmeros benefícios para a estabilidade financeira e o bem-estar pessoal, ao promover decisões responsáveis e alinhadas às reais necessidades de cada indivíduo. Logo, adotar escolhas equilibradas permite melhorar a qualidade de vida e alcançar maior satisfação com o uso do dinheiro. Além disso, ao diferenciar necessidades de desejos impulsivos, o consumidor desenvolve autocontrole e direciona seus recursos para objetivos mais significativos. Essa prática favorece a economia, o planejamento e a conquista de metas financeiras de longo prazo, como a aquisição de bens, a educação dos filhos, a aposentadoria e a independência financeira.

De acordo com Del Fiori *et al.* (2024), a educação financeira oferece benefícios significativos ao auxiliar indivíduos e famílias a administrar sua renda para alcançar estabilidade econômica. É fato que grande parte dos consumidores brasileiros vive no limite do orçamento, o que reforça a importância do planejamento financeiro. O domínio de conceitos como juros, inflação, impostos e investimentos possibilita decisões conscientes e eficazes na gestão do dinheiro. Ferramentas como o fluxo de caixa, o orçamento e a definição de metas e investimentos contribuem para o uso estratégico da renda, promovendo segurança financeira, realização de objetivos e melhoria na qualidade de vida.

Portanto, conforme Carvalho *et al.* (2021), a independência financeira é definida como a capacidade de viver confortavelmente sem depender de terceiros, mantendo equilíbrio entre saúde financeira, física e mental. Assim, a educação financeira atua como um facilitador para alcançar esses objetivos, permitindo realizar investimentos, compreender melhor o funcionamento das finanças e organizar recursos de maneira eficiente. Indivíduos que adotam práticas de educação financeira desenvolvem hábitos de controle, definição de metas e poupança, promovendo uma vida econômica mais estável.

Com base no que foi exposto, as boas práticas aprendidas com a educação financeira contribuem para a preservação do patrimônio, evitam dívidas e garantem maior segurança e qualidade de vida para as famílias, além de propiciam o desenvolvimento econômico nacional ao contribuir com a redução da taxa de inadimplência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou a importância da educação financeira como ferramenta essencial para a promoção do bem-estar econômico e social das famílias brasileiras. O crescimento do crédito, aliado à cultura de consumo excessivo e à falta de conhecimento financeiro, contribui significativamente para o endividamento, dificultando a manutenção de uma vida econômica equilibrada e impactando negativamente a economia do país.

A ausência de educação financeira leva a decisões de consumo impulsivas, comprometendo a capacidade das famílias de organizar seus recursos, planejar o futuro e alcançar a independência financeira. Nesse sentido, a educação financeira se mostra capaz de transformar comportamentos, fortalecer o controle sobre as finanças pessoais e estimular hábitos de poupança e investimento.

A implementação de programas educativos, tanto no ambiente escolar quanto familiar, é fundamental para formar cidadãos conscientes e capazes de lidar com as complexidades do

sistema financeiro. A capacitação adequada de professores e o incentivo à participação das famílias potencializam a eficácia dessas iniciativas, promovendo não apenas a prevenção do endividamento, mas também a melhoria da qualidade de vida e da estabilidade emocional dos indivíduos.

Portanto, a educação financeira deve ser encarada como um componente indispensável para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente e economicamente saudável. Investir na formação financeira das pessoas contribui para a construção de hábitos responsáveis, preservação do patrimônio, autonomia e segurança econômica, consolidando a base para um futuro mais sustentável e equilibrado para as famílias brasileiras.

O estudo apresentou como limitador o método da pesquisa, visto que a revisão bibliográfica se restringe a estudos já publicados. Logo, a revisão, por não seguir um método explícito, tende a ser subjetiva e influenciada pela visão dos pesquisadores. Sugere-se, para estudos futuros, que seja realizada uma pesquisa para avaliar a importância da educação financeira para a gestão familiar por meio de aplicação de questionários ou entrevistas, para identificar as percepções dos indivíduos acerca do assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORTOLUZZI, Daiane Antonini; BOLIGON, Juliana Andreia Rüdell; HOLLVEG, Scheila Daiana Severo; MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan. Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014. **Revista Perspectiva**, Erechim, v. 39, n. 146, p. 111-123, 2015. Disponível em: https://uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/146_513.pdf. Acesso em: 04 nov. 2025.

BRASIL, Ana Larissa da Silva. **Círculo virtuoso do crédito: prevenção ao superendividamento do consumidor diante da democratização do crédito**. 2021. 149 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/227189>. Acesso em: 25 ago. 2025.

BRITO, Sabrina Mantovany Alves. **Educação financeira: a importância nas finanças dos cidadãos brasileiros e ações desenvolvidas pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)**. 2023. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/40026/3/Educa%C3%A7%C3%A3oFinanceiraImport%C3%A2ncia.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2025.

CAPONE, Rodrigo Senne. **Atividade financeira do Estado, desigualdade econômica e democracia: o papel da tributação no fortalecimento da democracia brasileira**. 2023. 339 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.btd.uerj.br:8443/handle/1/21742>. Acesso em: 25. Ago. 2025.

CARVALHO, Adrielly Vanessa da Silva; CARVALHO, Ana Clara Soares de; FANELLI, Isabela Maria Marques; SILVA, Murylo Augusto da. **A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida**. 2021. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Técnico em Administração) - Etec Frei Arnaldo Maria de Itaporanga, Votuporanga 2021. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/9275>. Acesso em: 03 nov. 2025.

CHAUVEL, Marie Agnes; MATTOS, Marina Pinto de Abreu Zornoff de. Consumidores de baixa renda: uma revisão dos achados de estudos feitos no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 6, n. 2, p. 01–17, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/rq3GqbWdxxDDDKFD7gZFP6M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 nov. 2025.

COELHO, Luiz Felipe. **Importância do planejamento financeiro no meio familiar: o desafio das famílias brasileiras**. 2022. 71 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração de Empresas) - Centro Universitário São Camilo, São Paulo, 2022. Disponível em: <http://repo.saocamilo-sp.br:8080/dspace/handle/123456789/1409>. Acesso em: 25 ago. 2025.

DAMASCENO, Janaina Fernanda Silva; FREITAS, Carlos Cesar Garcia. Educação Financeira versus Endividamento: Atitudes e Práticas. **Revista de Produtos Educacionais e Pesquisas em Ensino**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 218–246, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uenp.edu.br/index.php/reppe/article/view/1382>. Acesso em: 25 ago. 2025.

DEL FIORI, Diogo; NEVES, Salomão Franco; SÁ, Mauro Thury de Vieira; VIEIRA JÚNIOR, Raimundo Onedilson Lino. O endividamento da população brasileira: o papel da educação financeira. **Informe Econômico (UFPI)**, v. 49, n. 2, p. 4-38, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/ie/article/view/4759/4959>. Acesso em: 04 nov. 2025.

DONADIO, Rosimara; CAMPANARIO, Milton de Abreu; RANGEL, Armênio de Sousa. O Papel da Alfabetização Financeira e do Cartão de Crédito no Endividamento dos Consumidores Brasileiros. **ReMark - Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 75–93, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/remark/article/view/12510>. Acesso em: 4 nov. 2025.

FRADE, Catarina Cláudia Ferreira. **A regulação do sobreendividamento**. 2007. 655 f. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/7464>. Acesso em: 20 ago. 2025.

HOLANDA, Paulo César Victor. **A necessidade da implantação da educação financeira no currículo obrigatório do ensino médio**. 2025. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Matemática Comercial, Contábil, Econômica, Atuarial e Financeira) - Instituto Federal de Pernambuco, Recife, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/1869>. Acesso em: 05 nov. 2025.

LOPES, Maria Luisa Ferreira. **Consumo conspícuo, endividamento financeiro e bens posicionais: um survey da literatura brasileira**. 2021. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/227854?show=full>. Acesso em: 25 ago. 2025.

LUCKE, Maria Regina de Paula. **Sociedade de consumo, educação financeira e consumo**

consciente: uma contribuição para o debate dessas realidades do industrialismo, 2012. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão Empresarial) - Faculdade de Tecnologia de Americana, Americana, 2012. Disponível em: <http://ric-cps.eastus2.cloudapp.azure.com/handle/123456789/1352>. Acesso em: 25 ago. 2025.

MOURA, Roldão Alves de. Consumo ou consumismo: uma necessidade humana? **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, v. 24, n. 1, p. 1-14, 2018. Disponível em: <https://revistas.direitosbc.br/fdsbc/article/view/931>. Acesso em: 05 nov. 2025.

NASCIMENTO, Lucas Roncoli do. **Economia comportamental e a irracionalidade das escolhas:** analisando as compras *online* no Brasil. 2019. 107 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/205638>. Acesso em: 05 nov. 2025.

NASCIMENTO, Natália Layane Almeida. **Os impactos da falta de Educação Financeira como potencializador da vulnerabilidade do consumidor.** 2024. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2024. Disponível em: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/6597/3/MONOGRAFIA_ImpactoEduca%C3%A7%C3%A3oFinanceira.pdf. Acesso em: 02 nov. 2025.

NEIS, Andressa; TONDOLO, Diana. O impacto da educação financeira e inovação institucional no endividamento das famílias brasileiras. *In: Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento*, 11, 2024, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento, 2024. p. 45-52. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/533/2024/08/XISJPED-anais.pdf#page=45>. Acesso em: 04 nov. 2025.

OLIVEIRA, Maitê Laury Galdino. **Endividamentos:** um reflexo da baixa educação financeira? 2025. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), João Pessoa, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/4614>. Acesso em: 02 nov. 2025.

ROCHA, Larissa Brioso. **Educação financeira no Brasil:** Análises das famílias brasileiras. 2021. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/73144/3/2021_tcc_lbrocha.pdf. Acesso em: 03 nov. 2025.

RODRIGUES, André; FREITAS, Claudia Regina de; FREITAS, Claudio Luiz de. Educação financeira para jovens e adultos: um estudo sobre conhecimento, endividamento e impacto psicossocial. **Revista de Gestão e Secretariado**, São José dos Pinhais, v. 15, n. 10, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/download/4353/2792>. Acesso em: 1 nov. 2025.

SILVA, Francisco Raimundo Oliveira; OLIVEIRA, Mário César Sousa de. Independência financeira e qualidade de vida através da educação financeira escolar. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 6, p. 1927-1942, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/14492>. Acesso em: 05 nov. 2025.

SILVA, Jéssica Merco do Nascimento; BUBECK, Stephan Klaus; RODRIGUES JUNIOR, Moacir Manoel. Efeito da educação financeira e atitudes frente ao dinheiro na propensão ao endividamento. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 26, n. 2, p. 10-23, 2025. Disponível em: <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/download/1615/578034>. Acesso em: 04 nov. 2025.

SOUZA, Eliane Alves de; MONT´MOR, Bruna Nunes; D´OLIVEIRA, Karen Santos; SANTOS, Luciene Suzarte; TRINDADE, Maria José Silva Almeida. Desafios da educação financeira como ferramenta de combate ao endividamento no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 158-166, 2022. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/19411/1/EASouza.Desafios.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2025.

TEIXEIRA, Pedro Augusto Andrade. **Educação financeira: análise do endividamento e inadimplência familiar no Brasil**. 2023. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/5734/1/PedroAugustoAndradeTeixeira.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2025.